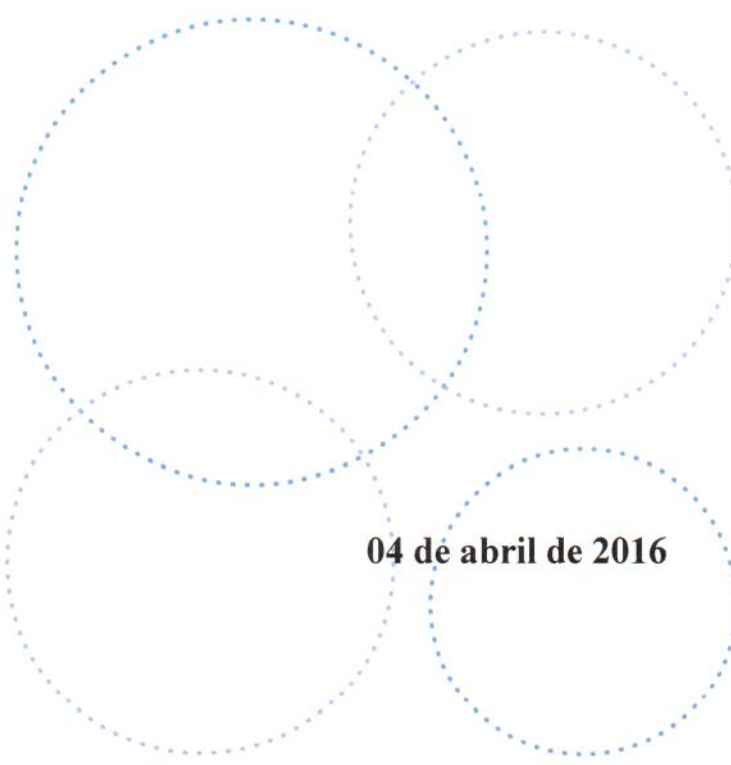


Relatório de Controles Internos

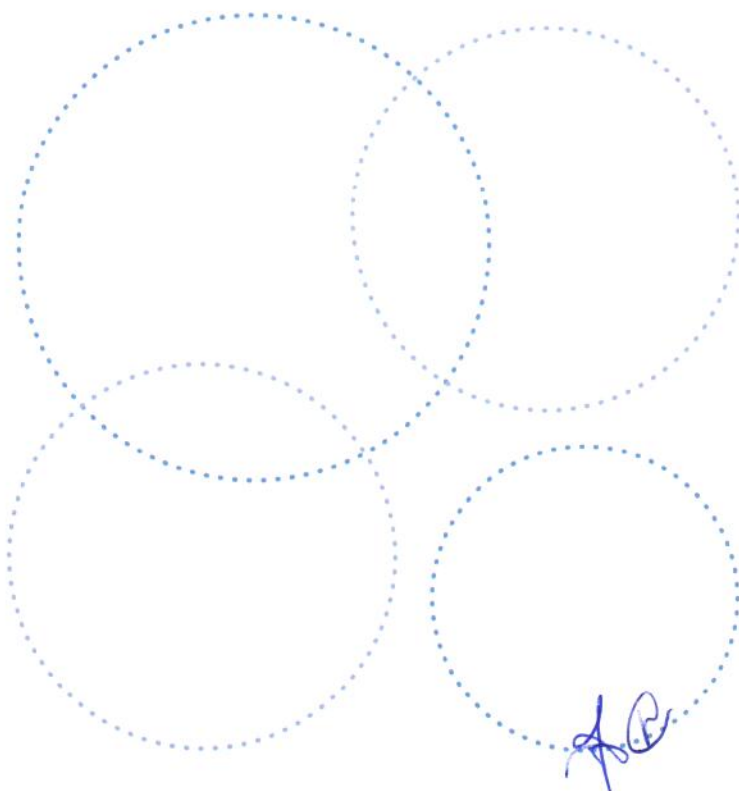
2º Semestre de 2015



04 de abril de 2016

Sumário

1 INTRODUÇÃO.....	3
2 GESTÃO DOS INVESTIMENTOS.....	4
3 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA.....	12
4 GESTÃO CONTÁBIL.....	14
5 CONTRATOS E LICITAÇÕES.....	15
6 GESTÃO DO PASSIVO.....	17
7 GOVERNANÇA.....	20
9 GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	21
10 CONCLUSÕES.....	25



1. INTRODUÇÃO

Este relatório tem por objetivo apresentar as análises relativas às atividades do **2º semestre de 2015** da Funpresp-Jud, com o objetivo de subsidiar o Conselho Fiscal no que se refere às exigências da Resolução CGPC nº 13, de 1º de outubro de 2004, que estabelece princípios, regras e práticas de governança, gestão e controles internos a serem observados pelas entidades fechadas de previdência complementar – EFPC.

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC – vem estabelecendo regras objetivando a Supervisão Baseada em Risco - SBR, no segmento de previdência complementar fechada, apontando para a necessidade das entidades adotarem uma estrutura de Gestão Baseada em Risco - GBR.

Segundo a Recomendação MPS/CGPC nº 2, de 27 de abril de 2009, a supervisão baseada em risco poderá contar com metodologia que compreenda, dentre outros, a identificação, a avaliação, o controle e o monitoramento da exposição a riscos que possa comprometer a realização dos objetivos da entidade fechada de previdência complementar e de cada plano de benefícios por ela administrado.

Para atender às regras estabelecidas nos normativos vigentes e na metodologia de Supervisão da PREVIC é necessário desenvolver controles internos que permitam às entidades a gestão dos riscos aos quais está exposta dentro de prévia definição dos níveis considerados aceitáveis de exposição, o que varia de acordo com o porte e a complexidade da entidade.

Este relatório está consubstanciado nas informações e nos documentos listados a seguir:

- Relatórios Trimestrais da Diretoria Executiva - 2015;
- Relatório de Controles Internos do Conselho Fiscal – 1º semestre 2015;
- Plano de monitoramento dos Indicadores e avaliação do Planejamento Estratégico - 2015;
- Programa de Controle Interno 2014-2015;
- Atas da Diretoria Executiva e dos Conselhos Deliberativo e Fiscal 2015;
- Relatórios mensais de Execução Orçamentária - 2015;
- Relatórios mensais das Demonstrações Contábeis – 2015; e
- Relatório de Auditoria dos Patrocinadores nº 01/2014.

Considerando a fase de estruturação e consolidação da Funpresp-Jud, o controle de processos e procedimentos internos de 2015 foi cumprido pelo monitoramento contínuo dos principais resultados da Entidade, de suas atividades e dos respectivos riscos, bem como pelo acompanhamento das recomendações às áreas técnicas e dos órgãos de governança.



2. GESTÃO DOS INVESTIMENTOS

Os controles dos investimentos são realizados de modo a monitorar riscos de mercado, de crédito e de liquidez, operacional, legal e sistêmico, bem como para avaliar as rentabilidades, o enquadramento da alocação dos recursos aos limites e parâmetros estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional - CMN e a adequação dos custos com gestão dos investimentos, tudo com vistas ao cumprimento da legislação específica.

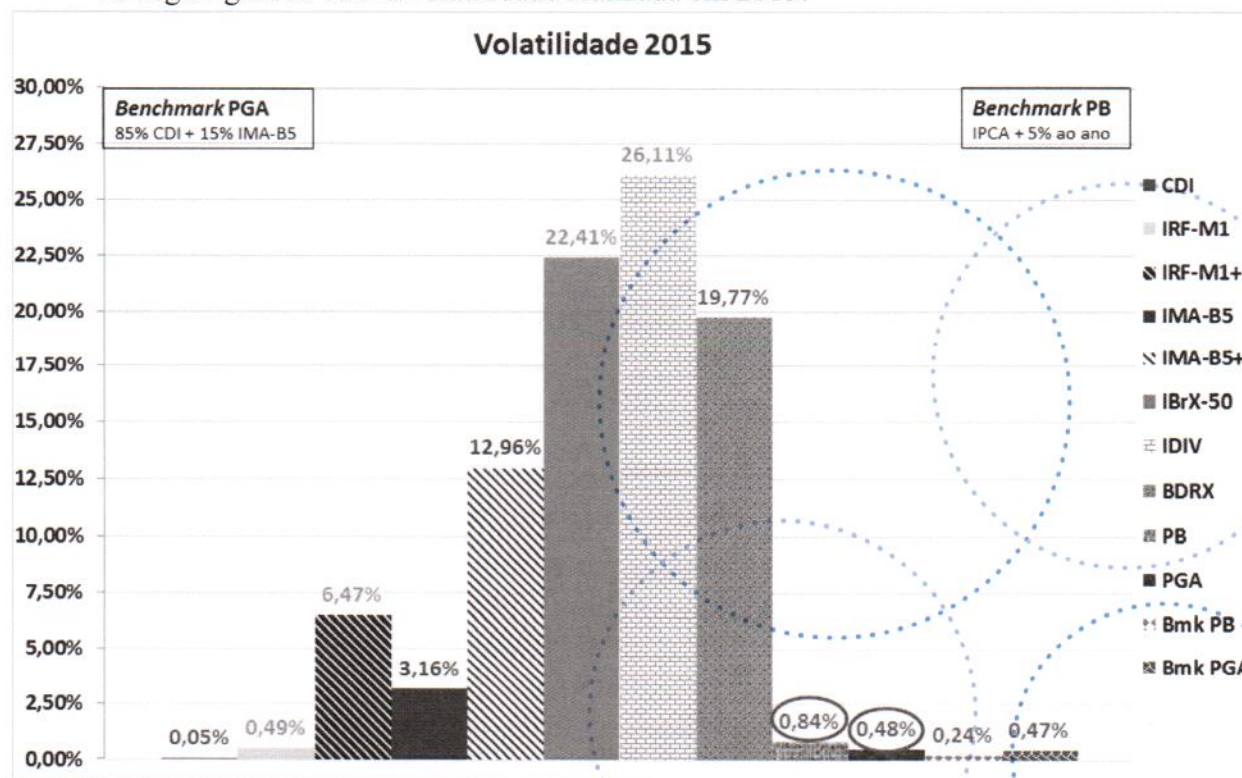
Muitas das informações apresentadas neste tópico estão contidas nos **Relatórios de Atividades da Diretoria de Investimentos - DIRIN**.

2.1. GESTÃO DOS RISCOS DE MERCADO, CRÉDITO E LIQUIDEZ

A DIRIN realiza o monitoramento, avaliação e controle dos riscos inerentes à aplicação dos recursos garantidores dos planos de benefícios em títulos e valores mobiliários, o resultado do monitoramento está registrado em relatórios mensais apresentados à Diretoria Executiva e aos Conselhos Deliberativo e Fiscal.

Risco de Mercado: a limitação da exposição ao risco de mercado da Fundação se dá pela volatilidade máxima que a carteira pode apresentar, conforme definição do Conselho Deliberativo.

A seguir gráfico com a volatilidade realizada em 2015:



Nos relatórios mensais emitidos pela Diretoria de Investimentos consta tópico específico sobre as medidas de risco de mercado, entre elas o “(V@R) Valor em Risco” que determina a máxima perda esperada em um horizonte de tempo definido, com determinado grau de confiança, sob condições normais de mercado. No caso da Fundação, os cálculos foram realizados com a utilização de um horizonte de tempo de 1 dia útil e grau de confiança de 95%, em linha com a Política de Investimentos 2015.

Adicionalmente, é calculado o “Teste de Estresse (Stress Testing)”, técnica de simulação que permite avaliar o impacto de condições específicas sobre os ativos (e/ou passivos) de uma instituição. Um cenário mais adverso é criado a partir da perspectiva de eventos críticos e que se situam fora da normalidade previsível. Assim, pode-se calcular uma perda esperada para cenários extremos, algo que não é possível pelo V@R.

A seguir o acompanhamento do V@R no exercício de 2015:

Tabela 1: Plano de Benefícios - PB

Mês	V@R	Teste de Estresse	Carteira
jan/15	-0,06%	-0,30%	55% IMA-B5 + 7% IRF-M1 + 38% CDI
fev/15	-0,06%	-0,27%	49% IMA-B5 + 39% IRF-M1 + 12% CDI
mar/15	-0,07%	-0,31%	55% IMA-B5 + 35% IRF-M1 + 10% CDI
abr/15	0,02%	0,00%	1,6% IMA-B5 + 30,5% IRF-M1 + 67,9% CDI
mai/15	0,02%	-0,01%	99,1% Renda Fixa + 0,9% Exterior
jun/15	0,02%	0,00%	99,0% Renda Fixa + 1,0% Exterior
jul/15	0,03%	0,02%	99,75% Renda Fixa + 0,25% Exterior
ago/15	-0,03%	-0,15%	99,78% Renda Fixa + 0,22% Exterior
set/15	0,01%	-0,08%	98,0% Renda Fixa + 2,0% Exterior
out/15	0,00%	-0,08%	98,1% Renda Fixa + 1,9% Exterior
nov/15	0,00%	-0,06%	98,3% Renda Fixa + 1,7% Exterior
dez/15	-0,01%	-0,07%	98,6% Renda Fixa + 1,4% Exterior *

Fonte: Banco do Brasil, CAIXA

* Renda Fixa = 44,4% CDI, 37,3% Títulos IPCA (19,3% NTN-B Ago/2016, 9,5% NTN-B Mai/2017, 3,5% LF BBDC Abr/18, 4,9% LF BBDC Nov/17, 0,1% IMA-B5), 17,0% Títulos Prefixados (9,2% LTN Out/16, 7,7% IRF-M1, 0,1% IRF-M1+)

Investimento no Exterior = BDR Nível I

Tabela 2: Plano de Gestão Administrativa - PGA

Mês	V@R	Teste de Estresse	Carteira
jan/15	0,01%	-0,05%	84,6% CDI + 15,4% IMA-B5
fev/15	0,01%	-0,06%	84,3% CDI + 15,7% IMA-B5
mar/15	0,01%	-0,05%	84,7% CDI + 15,3% IMA-B5
abr/15	0,01%	-0,06%	84,3% CDI + 15,7% IMA-B5
mai/15	0,01%	-0,05%	84,8% CDI + 15,2% IMA-B5
jun/15	0,01%	-0,05%	85,0% CDI + 15,0% IMA-B5
jul/15	0,01%	-0,05%	84,6% CDI + 15,4% IMA-B5
ago/15	0,01%	-0,05%	85,0% CDI + 15,0% IMA-B5
set/15	0,01%	-0,10%	84,6% CDI + 15,4% IMA-B5
out/15	0,01%	-0,09%	84,9% CDI + 15,1% IMA-B5
nov/15	0,01%	-0,09%	85,2% CDI + 14,8% IMA-B5
dez/15	0,01%	-0,09%	84,9% CDI + 15,1% IMA-B5

Outra medida de risco constante do relatório é a Divergência Não Planejada – DNP, medida de controle da divergência entre o resultado efetivo de uma carteira e o valor projetado para essa mesma carteira, também conhecida como *Tracking Error*:

A seguir as tabelas com o acompanhamento de 2015:

Divergência Não Planejada - DNP

Tabela 3 – Plano de Benefícios – PB

	Rentabilidade Nominal Líquida		DNP Mensal (PB - Bmk)	Desvio-Padrão Acm 12m DNP Mensal
	PB	Benchmark		
Jan/15	1,506%	1,638%	-0,131%	0,115%
Fev/15	0,970%	1,561%	-0,591%	0,196%
Mar/15	0,938%	1,737%	-0,798%	0,281%
Abr/15	0,961%	1,087%	-0,116%	0,278%
Mai/15	1,039%	1,117%	-0,079%	0,279%
Jun/15	1,015%	1,187%	-0,171%	0,278%
Jul/15	1,336%	1,050%	0,286%	0,305%
Ago/15	0,959%	0,601%	0,358%	0,333%
Set/15	0,430%	0,916%	-0,486%	0,334%
Out/15	1,353%	1,195%	0,157%	0,346%
Nov/15	0,988%	1,383%	-0,396%	0,350%
Dez/15	1,332%	1,375%	-0,043%	0,350%
2015	13,60%	15,89%	-2,29%	---

Fonte: Banco do Brasil, CAIXA, CETIP, Anbima, IBGE

Tabela 4 – Plano de Gestão Administrativa - PGA

	Rentabilidade Nominal Líquida		DNP Mensal (Plano - Bmk)	Desvio-Padrão Acm 12m DNP Mensal
	PGA	Benchmark		
Jan/15	1,102%	1,081%	0,021%	0,013%
Fev/15	0,878%	0,865%	0,014%	0,014%
Mar/15	1,026%	1,018%	0,008%	0,013%
Abr/15	0,887%	0,859%	0,028%	0,014%
Mai/15	1,082%	1,065%	0,018%	0,013%
Jun/15	1,020%	1,002%	0,018%	0,012%
Jul/15	1,280%	1,246%	0,035%	0,011%
Ago/15	0,869%	0,849%	0,019%	0,011%
Set/15	1,060%	1,041%	0,019%	0,010%
Out/15	1,304%	1,294%	0,010%	0,009%
Nov/15	0,966%	0,959%	0,007%	0,009%
Dez/15	1,292%	1,284%	0,008%	0,009%
2015	13,54%	13,31%	0,23%	---

Fonte: Banco do Brasil, CAIXA, CETIP, Anbima, IBGE

Risco de Crédito: as aquisições de títulos privados são precedidas de análise de crédito do emissor, conforme determina a Resolução CMN 3.792, de 2009, e de acordo com as regras estabelecidas na Política de Investimentos da Fundação, a análise é registrada em nota técnica da Diretoria de Investimentos e submetida à Diretoria Executiva.

Constata-se que, em novembro de 2015, ocorreram as primeiras aquisições de título privados - Letras Financeiras Nov/2017 e Abr/2018 do Banco Bradesco - o processo de aquisição foi analisado por esta Assessoria, que verificou a conformidade legal e operacional do fluxo do processo decisório de investimentos.

Risco de Liquidez: a carteira de investimentos atual da Funpresp-Jud, conta apenas com um ativo que apresenta este risco, as letras financeiras, que são marcados pela curva, tendo sido comprovadas a intenção e a capacidade de manutenção desses títulos até o seu vencimento, respeitados os compromissos financeiros do Plano de Benefícios - PB.

2.2. Da Política de Investimentos – 2015

A aplicação dos recursos correspondentes às reservas, às provisões e aos fundos deve ser realizada conforme diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN. Essas diretrizes estão previstas na Resolução CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, e suas alterações.

A Política de Investimentos 2015 foi aprovada pelo Conselho Deliberativo em sua 19ª Sessão Extraordinária, realizada em 17/12/2014, e encaminhada à PREVIC em 09/01/2015, em atendimento aos normativos vigentes.

2.3. Aderência da gestão dos recursos garantidores às normas em vigor e à Política de Investimentos 2015

A seguir as tabelas acerca dos limites, alocação objetivo e posição da carteira de investimentos da Funpresp-Jud em 31/12/2015:

Tabela 5 – Plano de Benefícios – PB

Segmento	Alocação Atual	Política de Investimentos			
		Alocação Objetivo	Limite Inferior	Limite Superior	Limite Legal (Res. CMN 3.792/2009)
Renda Fixa	98,60%	93%	85%	100%	100%
Renda Variável	0,00%	5%	0%	10%	70%
Investimento no Exterior	1,40%	2%	0%	5%	10%

Fonte: DIRIN

Tabela 6 - Plano de Gestão Administrativa – PGA

Segmento	Alocação Atual	Política de Investimentos			
		Alocação Objetivo	Limite Inferior	Limite Superior	Limite Legal (Res. CMN 3.792/2009)
Renda Fixa	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: DIRIN

2.4. Resultado dos investimentos

A carteira de investimentos do PB finalizou o exercício com aproximadamente 98,6% dos recursos em renda fixa e 1,4% em investimento no exterior. O detalhamento do segmento de renda fixa é de 44,4% em CDI, 37,3% em IPCA (19,3% NTN-B Ago/2016, 9,5% NTN-B Mai/2017, 4,9% LF BBDC Abr/18, 3,5% LF BBDC Nov/17, 0,1% IMA-B5) e 17,0% em Prefixados (9,2% LTN Out/16, 7,7% IRF-M1, 0,1% IRF-M1+).

No acumulado de 2015, a rentabilidade nominal líquida alcançada pelo PB foi de 13,60% ante 13,24% do CDI e 15,89% do benchmark do PB no mesmo período. Já a rentabilidade real líquida ficou em 2,65%, tendo em vista que o IPCA alcançou 10,67% no período analisado.

No acumulado de 2015, a rentabilidade nominal líquida alcançada pelo PGA foi de 13,54% ante 13,24% do CDI e 13,31% do benchmark do PGA. Já a rentabilidade real líquida ficou em 2,59%.

A seguir as tabelas demonstrando o resultado do PB e do PGA em 2015:

Tabela 7 – Rentabilidade Nominal

	PB			PGA		
	Bruta	Custo *	Líquida	Bruta	Custo *	Líquida
Jan/15	1,524%	0,018%	1,506%	1,119%	0,017%	1,102%
Fev/15	0,985%	0,015%	0,970%	0,893%	0,014%	0,878%
Mar/15	0,957%	0,019%	0,938%	1,043%	0,018%	1,026%
Abr/15	0,978%	0,017%	0,961%	0,903%	0,016%	0,887%
Mai/15	1,055%	0,016%	1,039%	1,098%	0,016%	1,082%
Jun/15	1,033%	0,018%	1,015%	1,051%	0,031%	1,020%
Jul/15	1,359%	0,023%	1,336%	1,303%	0,023%	1,280%
Ago/15	0,989%	0,031%	0,959%	0,890%	0,021%	0,869%
Set/15	0,469%	0,039%	0,430%	1,081%	0,020%	1,060%
Out/15	1,391%	0,038%	1,353%	1,324%	0,021%	1,304%
Nov/15	1,009%	0,022%	0,988%	0,986%	0,020%	0,966%
Dez/15	1,351%	0,019%	1,332%	1,313%	0,021%	1,292%
2015	13,912%	0,309%	13,603%	13,806%	0,267%	13,540%

Fonte: Banco do Brasil, CAIXA

* Custo dos investimentos: se refere às taxas de administração cobradas pelos gestores de recursos, além de despesas diretamente ligadas ao Custodiante Qualificado (remuneração, manutenção de contas – CETIP e SELIC), às operações com títulos públicos para a Carteira Própria, entre outros.

Tabela 8 – Rentabilidade Real

	PB	PGA	CDI	Bmk PB	Bmk PGA
Jan/15	0,263%	-0,136%	-0,307%	0,393%	-0,157%
Fev/15	-0,247%	-0,337%	-0,397%	0,337%	-0,351%
Mar/15	-0,377%	-0,291%	-0,280%	0,411%	-0,298%
Abr/15	0,249%	0,176%	0,237%	0,374%	0,148%
Mai/15	0,296%	0,340%	0,242%	0,375%	0,322%
Jun/15	0,223%	0,228%	0,274%	0,393%	0,211%
Jul/15	0,712%	0,656%	0,554%	0,427%	0,622%
Ago/15	0,737%	0,647%	0,886%	0,380%	0,628%
Set/15	-0,109%	0,518%	0,564%	0,374%	0,499%
Out/15	0,528%	0,480%	0,285%	0,372%	0,470%
Nov/15	-0,022%	-0,043%	0,045%	0,370%	-0,050%
Dez/15	0,369%	0,329%	0,199%	0,411%	0,321%
2015	2,65%	2,59%	2,32%	4,72%	2,38%

Fonte: Banco do Brasil, CAIXA, CETIP, Anbima, IBGE

Observações:

- Bmk PB: índice de referência (*benchmark*) do PB = IPCA + 5% ao ano
- Bmk PGA: índice de referência (*benchmark*) do PGA = 85% CDI + 15% IMA-B5
- As rentabilidades dos índices de referência já estão deduzidas dos custos de investimentos

2.5. Custos na Gestão dos Investimentos

Em 24 de março de 2016 a Diretoria Executiva, consubstanciada na Nota Técnica nº 15, de 18 de março de 2016, da Diretoria de Investimentos – DIRIN, aprovou os custos dos investimentos incorridos no segundo semestre de 2015 e o acumulado do exercício 2015.

Consta da Nota Técnica da DIRIN a discriminação das taxas de Administração dos Fundos Abertos e os custos explícitos e implícitos incorridos pela Funpresp-Jud durante o 1º e o 2º semestre de 2015, segregados por plano, conforme tabelas a seguir:

Tabela 9 – Taxa de Administração Fundos Abertos (Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal)

Fundo de Investimento	Taxa de Administração (a.a.)
BB Institucional Fundo de Investimento Renda Fixa	0,20%
BB Previdenciário Renda Fixa IRF-M 1 Títulos Públicos FIC	0,30% *
BB Previdenciário Renda Fixa IMA-B5 LP FIC	0,20%
BB Ações BDR Nível I	0,80% **
FI Caixa Brasil Referenciado DI LP	0,20%
FI Brasil IRF-M 1 Títulos Públicos RF	0,20%
FI Brasil IRF-M 1+ Títulos Públicos RF	0,20%

* Foi utilizado o valor máximo de referência do regulamento para a taxa, tendo em vista que o fundo aplica mais de 95% em cotas de outros fundos.

** Foi utilizado um valor intermediário em relação ao estabelecido no regulamento (entre 0,70% e 0,97%) para a taxa, tendo em vista que atualmente o fundo aplica um percentual ainda reduzido do seu patrimônio em cotas de outros fundos.

Tabela 10 – Custos dos Investimentos no 1º Semestre de 2015

Despesa	PGA		PB	
	Valor (R\$)	Rendimento (%)	Valor (R\$)	Rendimento (%)
CETIP	2.928,26	-0,015%	-	-
SELIC	59,59	-0,001%	-	-
Custodiante Qualificado	4,45	-0,000%	-	-
Subtotal "Explícitos"	2.992,30	-0,016%	-	-
Taxa de Administração	-	-0,102%	-	-0,109%
TOTAL *	-	-0,118%	-	-0,109%

* Tendo em vista que os custos referentes às taxas de administração não são observáveis diretamente, e não transitam pelas Demonstrações Contábeis, foi calculado pela DIRIN apenas a diferença de rendimento em relação ao valor da cota bruta de cada fundo de investimento (sem o desconto da mencionada taxa). Dessa forma, não foi calculado o valor total financeiro dos custos dos investimentos, apenas o equivalente em perda de rentabilidade.

Tabela 11 – Custos dos Investimentos no 2º Semestre de 2015

Despesa	PGA		PB	
	Valor (R\$)	Rendimento (%)	Valor (R\$)	Rendimento (%)
CETIP	3.634,74	-0,019%	3.313,59	-0,019%
SELIC	217,03	-0,001%	216,22	-0,001%
Custodiante Qualificado	739,20	-0,004%	602,58	-0,003%
Negociações com Títulos	-	-	12.107,42	-0,066%
Subtotal “Explícitos”	4.590,97	-0,024%	16.244,25	-0,089%
Taxa de Administração	-	-0,125%	-	-0,111%
TOTAL *	-	-0,149%	-	-0,200%

* Tendo em vista que os custos referentes às taxas de administração não são observáveis diretamente, e não transitam pelas Demonstrações Contábeis, foi calculado pela DIRIN apenas a diferença de rendimento em relação ao valor da cota bruta de cada fundo de investimento (sem o desconto da mencionada taxa). Dessa forma, não foi calculado o valor total financeiro dos custos dos investimentos, apenas o equivalente em perda de rentabilidade.

Concluiu a DIRIN, que os custos incorridos pela Funpresp-Jud no segundo semestre de 2015, relativamente aos investimentos, foram equivalentes a redução de 0,15% no rendimento do Plano de Gestão Administrativa e a redução de 0,20% na rentabilidade do Plano de Benefícios e no acumulado do exercício de 2015 redução de 0,27% no rendimento do Plano de Gestão Administrativa e a redução de 0,31% na rentabilidade do Plano de Benefícios”.

Comentários

Verifica-se que em conformidade com o item 14 do anexo da Resolução CGPC nº 18, de 28 de março de 2006, a Diretoria Executiva apresenta aos Conselhos Deliberativo e Fiscal a rentabilidade bruta e a rentabilidade líquida auferidas em cada segmento de aplicação, bem como as taxas de administração, e todos os demais custos incorridos com a administração própria e terceirizada dos investimentos.

Constata-se que não há taxa de performance, portanto em linha com o disposto no art. 28 da Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012.

Os limites globais e de diversificações dos enquadramentos das alocações de recursos estão aderentes às normas em vigor e à Política de Investimentos 2015.

As rentabilidades alcançadas e o resultado econômico dos investimentos do PB e do PGA foram devidamente acompanhados pelos órgãos estatutários.

Relevante destacar que o processo decisório de investimentos considera a conjuntura econômica e a política interna e externa avalia a repercussão no preço e rentabilidade dos ativos.

3. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

O controle da execução orçamentária requer uma análise se as projeções de despesas estão acontecendo dentro de padrões e desvios aceitáveis. O exame é feito por meio da comparação entre o valor projetado (orçamento aprovado pelo Conselho Deliberativo) e o efetivamente realizado. A análise de eventuais desvios considera aspectos quantitativos e qualitativos, e os desvios fora do padrão devem ser justificados.

As despesas administrativas são os gastos realizados pela Fundação na administração do Plano de Benefícios, por meio do Plano de Gestão Administrativa - PGA, incluídas as despesas de investimentos, tais como salários e encargos com pessoal, treinamentos, viagens e estadias, serviços de terceiros, despesas gerais e outras.

3.1 Execução orçamentária

O orçamento de 2015 foi aprovado pelo Conselho Deliberativo para os meses de janeiro a março na 18ª sessão extraordinária, ocorrida em 09 de dezembro de 2014, na qual foi solicitado estudo de redução de despesa. Em 15 de abril de 2015, na 3ª sessão ordinária o Conselho Deliberativo aprovou a reprogramação do orçamento, conforme estudo para redução de despesas do exercício de 2015.

A seguir os dados acumulados de janeiro a dezembro de 2015, comparando o orçamento previsto com o realizado:

Tabela 12 – realização orçamentária de janeiro a dezembro

ITENS	ORÇAMENTO (R\$ 1,00)		F/E	F – E
	Previsto	Realizado	(%)	R\$ 1,00
	(E)	(F)		
Despesas Administrativas (D)	9.252.317	8.217.252	88,81	-1.035.065
Pessoal e Encargos	6.254.539	5.958.288	95,26	-296.251
Serviços de Terceiros	630.458	366.227	58,09	-264.231
Treinamento	142.000	69.147	48,7	-72.853
Diárias e Passagens	128.700	58.732	45,63	-69.968
Outras Despesas	1.666.247	1.486.141	89,19	-180.106
Investimentos de TI	430.373	278.717	64,76	-151.656

Verifica-se que todas as rubricas apresentam execução orçamentária inferior ao programado para 2015. Consta dos relatórios de acompanhamento orçamentário, emitido pela COAFI/ DIRAD, que aproximadamente R\$ 225 mil dessa economia foram inscritos em restos a pagar referente a despesas empenhadas em razão de contratos firmados em 2015, mas aguardando sua liquidação planejada até março de 2016.

Em maio de 2015, foi emitido o relatório de execução orçamentária, de acordo com o Programa de Controle Interno – PCI, com o objetivo de avaliar a execução orçamentária.

acompanhando se as projeções estão acontecendo dentro do previsto, comparando o valor aprovado e o efetivamente realizado.

É positivo o processo de monitoramento da execução orçamentária e geração de relatório mensal (RCON), informando a execução acumulada, programação/execução e indicadores de gestão, sendo desejável que esse processo evolutivo continue integrado ao novo sistema corporativo.

3.2 Custeio Administrativo

O **Custeio Administrativo** (receitas) representa os recursos para cobertura dos gastos realizados na administração do plano, e no caso da Funpresp-Jud recebe recursos: i) da **taxa de carregamento** – percentual de 7% incidente sobre as contribuições previdenciais, exceto sobre as contribuições facultativas, arrecadadas mensalmente; ii) dos **resultados financeiros de aplicações** – rendimentos auferidos de recursos aplicados do plano de gestão administrativa; e iii) do **aporte inicial** a título de adiantamento de contribuições futuras.

Mensalmente, após a apuração das despesas administrativas e das receitas do PGA (Taxa de carregamento + resultado positivo dos investimentos do PGA), é identificado o valor necessário à cobertura das despesas do mês que será apropriado do empréstimo dos patrocinadores, por meio do lançamento a débito na conta contábil 2.1.2.9.04 e a crédito na conta contábil 4.1.9 outras receitas do PGA.

Conforme definido nos protocolos de compromissos firmados entre a Funpresp-Jud e o Ministério Público da União - MPU e o Supremo Tribunal Federal - STF, o montante aportado – empréstimo dos patrocinadores – é atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA a partir da data em que o recurso foi creditado na conta corrente da Funpresp-Jud, tendo como termo final a data em que ocorrerá a compensação da última parcela.

3.3 Indicadores de Gestão do PGA

Decorrente do Planejamento Estratégico foi proposta uma série de indicadores, entre os quais os **indicadores de gestão das despesas e receitas administrativas**.

A mensuração dos indicadores de gestão propicia identificar e confrontar o valor *per capita* da arrecadação, receita e despesa, sinalizando a distância do ponto de equilíbrio que separa a capacidade de arrecadação de receitas para fazer face às despesas administrativas para o funcionamento da Fundação. O resultado apresentado por este indicador significou a redução de 52% da despesa em relação ao mesmo período do ano anterior, superior à meta de 30% acordada para o ano.

Com o propósito de permitir a comparação dos indicadores com estudos divulgados pela Previc, Abrapp e literatura disponível, a apuração do indicador DPC desde junho de 2015 está



sendo realizada pelo valor total de despesas administrativas nos últimos 12 meses/quantidade de participantes no último dia do período de apuração.

Comentários

Vale ressaltar que, em atendimento ao art. 19 do Regulamento do PGA, o Conselho Fiscal acompanhou e controlou a execução orçamentária e os indicadores de gestão das despesas administrativas, inclusive quanto aos limites e critérios quantitativos e qualitativos.

Após análise dos relatórios de Execução Orçamentária, elaborados pela COAFI/DIRAD, os Relatórios do 3º e 4º trimestres da Diretoria Executiva, e das atas dos órgãos estatutários, percebe-se que a execução orçamentária de 2015 foi realizada de acordo com as diretrizes aprovadas pelo Conselho Deliberativo.

De acordo com o resultado do indicador de monitoramento da execução orçamentária, o resultado do exercício de 2015 registrou 88,8% de realização da despesa prevista, sem considerar restos a pagar e 91,25% considerando os restos a pagar, que serão compensados em 2016. Este percentual decorre em grande parte de economia de aproximadamente R\$ 621 mil, alinhado ao estudo de redução de despesas apresentado em abril de 2015 ao Conselho Deliberativo.

A economia é composta de R\$ 285 mil com pessoal e encargos, R\$ 264 mil com serviços de terceiros e R\$ 72 mil com postergação de contratação do software de gestão de riscos.

4. GESTÃO CONTÁBIL

Mensalmente esta Assessoria analisa os balancetes contábeis emitidos pela Coordenadoria de Contabilidade – CCONT. Os resultados da conferência estão registrados em manifestações específicas, encaminhadas à Diretoria Executiva e aos Conselhos Deliberativo e Fiscal para providências e acompanhamento.

No decorrer do 2º semestre de 2015, foram feitas recomendações de ajustes necessários ao aprimoramento dos controles da Contabilidade, as quais foram atendidas pela CCONT e estão sendo monitorados por esta Assessoria.

Destaca-se, como boa prática gerencial, a emissão dos relatórios emitidos pela Diretoria de Administração para acompanhamento das Demonstrações Contábeis, denominado RDEC, nos quais são demonstrados a evolução do patrimônio, das receitas e despesas administrativas; a contabilização do empréstimo do patrocinador; o cumprimento das obrigações acessórias à contabilidade; entre outras.

Conforme registrado no relatório de controles internos referente ao 1º semestre de 2015, foi solicitada, por meio dos Ofícios nº 179 e 180/PRESI-DE, de 29 de dezembro de 2014, respectivamente, à Caixa Econômica Federal - CEF e ao Banco do Brasil - BB a devolução dos

valores de imposto de renda - IR retidos na fonte durante o ano de 2013, decorrentes de aplicações financeiras em fundo de investimento.

A CEF realizou a devolução solicitada, parte em janeiro e parte em fevereiro de 2015.

Em 19 de janeiro de 2016, o BB efetuou a devolução diretamente no fundo de investimentos do Plano de Benefícios, no valor de R\$ 15.543,10 (R\$ 12.186,17 - valor nominal e R\$ 3.356,93 - rentabilidade), referente ao imposto de renda retido indevidamente na fonte durante o ano de 2013, decorrente de aplicações financeiras em fundo de investimento do PGA, os lançamentos contábeis decorrentes do recebimento foram analisados e validados por esta Assessoria.

Comentários

Do ponto de vista da gestão contábil, nota-se um constante aprimoramento das rotinas e dos controles, e a implantação do novo sistema de gestão previdencial proporcionou ganhos de eficiência, confiança nos dados e maior automatização de procedimentos.

Conclui-se que as apropriações e os lançamentos contábeis foram efetuados com base em documentos idôneos, de forma clara, com a identificação do fato contábil, contendo os detalhes necessários ao seu registro e que, durante o 2º semestre de 2015, os balancetes foram encaminhados à PREVIC nos prazos legais estabelecidos pela Instrução MPS/PREVIC nº 34, de 2009.

As áreas técnicas têm envidado esforços para o cumprimento dos prazos constantes da Orientação Interna PRESI/GABIN nº 05, 05 de outubro de 2015, a fim evitar que o fechamento contábil ocorra sem as devidas conciliações e consistências pela Contabilidade, o que demonstra o amadurecimento dos controles internos das áreas envolvidas.

5. CONTRATOS E LICITAÇÕES

Durante o 2º semestre de 2015, foram realizadas contratações e aquisições de bens e serviços de forma a subsidiar as atividades operacionais e de infraestrutura da Fundação.

Apresentamos a seguir as tabelas das aquisições e contratações referentes ao 2º semestre de 2015.

Tabela 13 - Aquisições de bens e serviços

Processo	Empresa	Finalidade	Data da Liquidação	Modalidade	Valor
00.048/2015	JR Comércio de Vidros Ltda-ME (CNPJ: 12.500.834/0001-45)	Porta de vidro fumê, fechadura, acabamentos e instalação para o Auditório	04/09/2015	Dispensa	R\$ 1.253,80
00.051/2015	R Cervellini Revestimentos Ltda. (CNPJ: 44.865.657/0006-00)	Fornecimento e Instalação de Piso Flutuante para a Recepção. Corrigir espaço com piso defeituoso e melhorar a apresentação visual da recepção e relacionamento com o participante	19/11/2015	Dispensa	R\$ 6.934,00
00.057/2015	Arroba Informática Eireli - EPP (CNPJ: 02.870.318/0001-59)	Mesa digitalizadora Wacom Intuos Pen Pequena CTL480L.	15/07/2015	Dispensa	R\$ 390,00
00.063/2015	Arroba Informática Eireli - EPP (CNPJ: 02.870.318/0001-59)	Quatro apresentadores Multimídia Wireless Laser Point	27/07/2015	Dispensa	R\$ 840,00
00.077/2015	Arroba Informática Eireli - EPP (CNPJ: 02.870.318/0001-59)	Teclado e Mouse Wireless	04/09/2015	Dispensa	R\$ 290,00
00.084/2015	Digital Sign Certificação Digital Ltda. (CNPJ: 16.894.782/0001-90)	Certificado Digital ICP Brasil. Atendimento a demanda legal originada pela necessária publicação dos demonstrativos contábeis da Funpresp-Jud em sítio eletrônico certificado digitalmente	15/12/2015	Dispensa	R\$ 1.800,00
00.089/2015	Solo Network Brasil Ltda. (CNPJ: 00.258.825/0001-47)	Adobe GOV Creative Cloud Team Multiplataforma/Português 1 ano P.E. Possibilitar o desenvolvimento de trabalhos de criação, editoração e finalização de peças de marketing.	18/12/2015	Dispensa	R\$ 3.037,15
00.089/2015	Solo Network Brasil Ltda. (CNPJ: 00.258.825/0001-47)	Kaspersky – Select Brazilian Edition. Adotar solução antivírus para os computadores da Fundação.	18/12/2015	Dispensa	R\$ 3.958,40
00.092/2015	Arroba Informática Ltda. (CNPJ: 02.870.318/0001-59)	Leitor de código de barras – Marca COMTAC, Modelo PS-960 9270. Agilizar a operação e reduzir a possibilidade de erros de digitação.	10/11/2015	Dispensa	R\$ 199,00
00.093/2015	Gráfica e Editora Marca Ltda. (CNPJ: 07.485.769/0001-96)	Calendários 2016. Fornecer brindes para participantes e patrocinadores.	15/12/2015	Dispensa	R\$ 7.625,00
00.094/2015	Digital Sign Comércio e serviços de Sinalização Ltda (CNPJ: 01.679.084/0001-02)	Troféus para os vencedores do Prêmio Funpresp-Jud. Agraciar os vencedores do Prêmio Funpresp-Jud	15/12/2015	Dispensa	R\$ 2.200,00
00.099/2015	Murilo de Oliveira Machado - Aval Engenharia – ME (CNPJ: 20.423.319/0001-37)	Laudo de avaliação do espaço físico da sede. Reavaliar o valor pago a título de aluguel da Sede	08/12/2015	Dispensa	R\$ 3.000,00
00.100/2015	Bortolini Indústria de Móveis Ltda (CNPJ: 90.051.160/0001-52)	Mobiliário para Recepção e Relacionamento com Participantes - RELPA, modernizando o ambiente físico da sede.	15/03/2016	Adesão Ata Registro de Preços	R\$ 11.510,00
00.100/2015	Forma Office Comércio de Móveis e Interiores Ltda – ME (CNPJ: 09.8135.810/001-55)	Mobiliário para Recepção e Relacionamento com Participantes - RELPA, modernizando o ambiente físico da sede.	15/03/2016	Adesão Ata Registro de Preços	R\$ 34.766,00
00.100/2015	Cartoon Produtos e Serviços Integrados Ltda - EPP (CNPJ: 38.069.225/0001-77)	Mobiliário para Recepção e Relacionamento com Participantes - RELPA, modernizando o ambiente físico da sede.	Abril de 2016 (previsão)	Adesão Ata Registro de Preços	R\$ 3.792,48
00.101/2015	CSC Brasil Sistemas Ltda. (CNPJ: 30.156.228/0001-36)	Treinamento Ferramenta Tableau Desktop. Capacitar funcionários para o uso do BI adquirido pela Fundação.	22/12/2015	Dispensa	R\$ 5.334,00
00.102/2015	O. de Oliveira Nunes Artigos para Festa e Eventos – ME (CNPJ: 06.967.924/0001-48)	Decoração do local de realização da cerimônia do Prêmio Funpresp-Jud.	22/12/2015	Dispensa	R\$ 1.550,00
Total					R\$ 88.479,83

Tabela 14 - Contratações

Processo	Empresa	Finalidade	Data da Liquidação	Modalidade	Valor Total do Contrato
00.023/2015	Employer Gestão de Mão de Obra (CNPJ: 00.001.612/0001-07)	Operação e execução do processo de geração de folha de pagamento	Prestação de natureza contínua	Pregão Eletrônico	R\$ 11.998,92
00.080/2015	In Press Oficina Assessoria de Comunicação Ltda. (CNPJ: 15.758.602/0001-80)	Planejamento, concepção e criação de material comunicacional	01/03/2016	Convite	R\$ 70.000,00
00.081/2015	CSC Brasil Sistemas Ltda. (CNPJ: 30.156.228/0001-36)	Aquisição de 1 (uma) licença do software <i>Tableau Desktop Professional</i> com serviços de atualização por 12 meses	05/11/2015	Dispensa	R\$ 7.960,00
00.019/2015	BDO RCS Auditores Independentes (CNPJ: 054.276.936/0001-79)	Prestação de Serviço de Auditoria Contábil do exercício de 2015.	Abril de 2016 (previsão)	Credenciamento	R\$ 48.880,00
00.086/2015	Raya3 Publicidade e Propaganda Ltda - ME (CNPJ: 12.963.390/0001-84)	Criação do novo Site Institucional e avaliação das mídias sociais	Abril de 2016 (previsão)	Convite	R\$ 44.950,00
00.087/2015	Infobase Consultoria e Informática Ltda (CNPJ: 02.800.463/0001-63)	Criação de 4 Minivideos.	Abril de 2016 (previsão)	Convite	R\$ 28.000,00
Total					R\$ 162.908,92

Comentários

Destaca-se, como boa prática gerencial, a emissão dos relatórios elaborados pela Diretoria de Administração e pela Coordenadoria de Administração e Finanças - COAFI, denominados RCON, para acompanhamento da execução orçamentária e dos processos de compras e contratações, encaminhados ao conhecimento dos órgãos estatutários.

Constata-se a integração entre as áreas técnicas proponentes, a COAFI e a Assessoria Jurídica - ASJUR referente aos procedimentos licitatórios e de compras e contratação.

Em atendimento ao princípio da transparência, todos os documentos referentes aos processos de licitação do exercício de 2015 foram disponibilizados no site da Funpresp-Jud.

6. GESTÃO DO PASSIVO

O controle do passivo atuarial (obrigações e compromissos da EFPC) é importante para avaliação da aderência das hipóteses atuariais do plano de benefícios. Considera as avaliações atuariais anuais e os testes de aderência, bem como a análise (pelo balancete) do resultado econômico e financeiro do plano, examinando sua solvência. O passivo atuarial é composto pelas reservas matemáticas e pelos fundos previdenciais.

6.1 Informações Cadastrais

Em 31 de dezembro de 2015, a Funpresp-Jud não possuía participantes assistidos ou beneficiários em gozo de benefício concedido pelo Plano de Benefícios.



A seguir a quantidade de participantes ativos em 31/12/2015 e 31/12/2014, por sexo e tipo de participante.

Participante	Dezembro 2015		Dezembro/2014	
	M	F	M	F
Patrocinado	1.976	2.018	707	674
Vinculado	73	25	22	2
Total por Sexo	2.049	2.043	729	676
Total Geral	4.092		1.405	

Conforme resultado do indicador de monitoramento das adesões, verificou-se em 31/12/2015 o atingimento de 88,96% da meta de adesão para 2015, sendo 99,8% da meta de adesões patrocinadas (2.581 de 2.587) e 12,7% da meta de participantes vinculados (73 de 575).

Vale ressaltar que esse percentual foi sensibilizado pela recepção de fichas cadastrais recebidas posteriormente ao período de apuração do indicador. Portanto, a meta de adesões para participantes patrocinados foi cumprida, mas não foi alcançada a de participantes vinculados. Para o ano de 2016, considerando o contexto de restrição de novas nomeações, serão realizadas ações específicas para promover a adesão de participantes vinculados.

6.2 Informações Atuariais e de Benefícios

De acordo com a Resolução CGPC nº 18, de 28 de março de 2006, as hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras devem estar adequadas às características da massa de participantes e assistidos e ao regulamento do Plano de Benefícios.

No Parecer Atuarial emitido em 27 de março de 2015, o atuário da Fundação concluiu que “o plano de benefícios previdenciários administrado pela Funpresp-Jud atende a legislação vigente e mantém a situação econômico-financeira e atuarial equilibrada, com a devida mensuração do plano de custeio aos benefícios oferecidos”.

6.3 Provisões Matemáticas

A evolução das provisões matemáticas, registradas nos balancetes contábeis do plano de benefícios, apresentou os seguintes valores no decorrer do exercício de 2015:

MÊS	Benefícios a Conceder – Contribuição Definida	FCBE	Patrimônio de Cobertura do Plano ⁽¹⁾
Janeiro	R\$ 5.747.790,29	R\$ 941.846,21	R\$ 6.689.636,50
Fevereiro	R\$ 6.773.523,07	R\$ 1.114.105,35	R\$ 7.887.628,42
Março	R\$ 7.921.672,47	R\$ 1.307.778,64	R\$ 9.229.451,11
Abril	R\$ 9.021.008,07	R\$ 1.525.253,93	R\$ 10.546.262,00

Maio	R\$ 10.486.929,60	R\$ 1.751.696,56	R\$ 12.238.626,16
Junho	R\$ 11.789.482,95	R\$ 1.988.426,92	R\$ 13.777.909,87
Julho	R\$ 13.530.709,94	R\$ 2.248.758,18	R\$ 15.779.468,12
Agosto	R\$ 15.293.452,15	R\$ 2.527.018,02	R\$ 17.820.470,17
Setembro	R\$ 16.923.069,14	R\$ 2.817.344,85	R\$ 19.740.413,99
Outubro	R\$ 18.858.754,84	R\$ 3.141.218,68	R\$ 21.999.973,52
Novembro	R\$ 21.576.732,86	R\$ 3.584.638,03	R\$ 25.161.370,89
Dezembro	R\$ 25.045.031,77	R\$ 4.144.908,85	R\$ 29.189.940,62

1: Patrimônio de Cobertura = Saldo das Contas de RAN, RAS e FCBE

6.4 Monitoramento das Obrigações atuariais

Em 21 de janeiro de 2016, a Funpresp-Jud recebeu o Ofício Circular nº 01/DITEC/PREVIC, de 20 de janeiro de 2016, o qual tratou da suspensão do prazo para envio à PREVIC das Estatísticas de Benefícios e População relativas ao 1º e 2º semestres de 2015, esclareceu ainda, que em data oportuna será definido o novo prazo para envio das informações.

Cabe citar a Instrução MPS/PREVIC nº 23, de 26 de junho de 2015, que estabelece orientações e procedimentos na realização dos estudos técnicos que visem a atestar a adequação das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras às características da massa de participantes e assistidos do plano de benefícios. Sua aplicação é facultativa para a avaliação atuarial do encerramento do exercício de 2015 e obrigatória a partir do exercício de 2016.

A Resolução MPS/CNPC nº 15, de 19/11/2014, exigia que tais estudos fossem realizados por planos cujos benefícios tivessem seu valor ou nível previamente estabelecido e cujo custeio fosse determinado atuarialmente, bem como para os planos que adquirissem característica de benefício definido na fase de concessão.

A nova Instrução passou a exigir o estudo para os planos que, independentemente de sua modalidade, possuam obrigações registradas em provisão matemática de benefício definido, como é o caso da conta de registro do FCBE.

A COABE efetua o acompanhamento permanente das hipóteses atuariais utilizadas no plano de benefícios, em observância à legislação aplicável, cabendo, para fins de avaliação atuarial, a realização do estudo de aderência nos moldes da Instrução supracitada.

Comentários

Em atendimento à recomendação do Conselho Fiscal registrada na 6ª Sessão Ordinária de 2015, foi aprovada pela Diretoria Executiva, em 24 de agosto de 2015, a Orientação Interna 03, de 24 de agosto de 2015, que dispõe sobre o Manual de Processos da Coordenadoria de Arrecadação e de Cadastro - COARC, a qual foi encaminhada àquele Conselho por meio do Ofício nº 721/PRESI-DE, de 24 de agosto de 2015.

Em 09 de julho de 2015, a COARC emitiu relatório com o resultado do trabalho de conciliação e atualização cadastral realizada em 2015, o qual foi encaminhado ao Conselho Fiscal em 09 de setembro de 2015, por meio do Ofício nº 815 PRESI-DE.

Ainda em atendimento à recomendação do Conselho Fiscal registrada na 6ª Sessão Ordinária de 2015, a COARC realizou em setembro de 2015 a consistência das informações financeiras registradas no sistema previdenciário até 31/5/2015.

A conciliação foi realizada com base nas críticas parametrizadas no sistema previdenciário, foram identificadas inconsistências relacionadas a 71 patrocinadores, os quais foram notificados por meio do Ofício Circular DISEG 3, de 29 de outubro de 2015.

Em 11 de dezembro de 2015, foi expedido o Ofício Circular DISEG 6, de 11 de dezembro de 2015, para reiterar a solicitação de providências aos 27 patrocinadores que ainda não haviam respondido a notificação inicial.

Destaca-se a emissão do relatório de acompanhamento do cadastro e da arrecadação emitido pela Diretoria de Seguridade referente ao mês de dezembro de 2015, que constou, inclusive, o acompanhamento das providências decorrente da consistência financeira.

Verifica-se que as premissas e hipóteses atuariais estão aderentes e observam a legislação em vigor, bem como os resultados atuariais do plano apresentam adequada evolução.

Além do acompanhamento realizado pela Coordenadoria de Atuária e Benefícios - COABE, a empresa de auditoria externa realiza anualmente análise quanto à razoabilidade das premissas atuariais utilizadas e testes de consistência da base de dados dos participantes e assistidos.

Importante zelar pela atualização dos dados cadastrais, para tanto, é recomendável que se mantenham as rotinas de recadastramento e testes de consistência, de forma a se obter as informações com a qualidade necessária para a execução dos cálculos atuariais.

Destaque para publicação da Lei 13.183, de 04 de novembro de 2015, que promoveu alteração da Lei 12.618, de 30 de abril de 2012, instituindo a adesão automática à previdência complementar dos membros e servidores que venham a ingressar no serviço público e que tenham remuneração superior ao teto do Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

7. GOVERNANÇA

O Conselho Deliberativo aprovou na sua 10ª Sessão Ordinária, realizada em 04 de novembro de 2015, o Manual de Governança da Funpresp-Jud, o qual consolida as regras e os princípios que norteiam a Fundação, envolvendo as práticas e os relacionamentos entre seus Participantes, Patrocinadores, Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal, Diretoria-Executiva, empregados, colaboradores, Auditoria Independente, Comitês, de forma a convergir as boas práticas de governança em recomendações objetivas, visando a defesa dos interesses da Entidade.

Em 20 de janeiro de 2016, foi aprovada pelo Conselho Deliberativo a Política de Alçadas Decisória da Funpresp-Jud, que visa estabelecer responsabilidades, critérios e limites para as aprovações relacionadas à tomada de decisão, especialmente, as que envolvam recursos orçamentários e financeiros.

O Código de Ética da Funpresp-Jud foi aprovado pelo Conselho Deliberativo na 2ª sessão ordinária, realizada em 14 de fevereiro de 2014, e está aderente às recomendações constantes do Guia de “Melhores Práticas de Governança para Entidades Fechadas de Previdência Complementar” editado pela PREVIC em setembro de 2012.

Em atendimento ao disposto no item 7.2 do Código de Ética, em 28 de outubro de 2015, por meio da Portaria CD nº 5, o Conselho Deliberativo designou os membros para composição do Comitê de Ética da Funpresp-Jud.

8. Plano de monitoramento e avaliação do Planejamento Estratégico

O processo de monitoramento e avaliação visa assegurar a interação entre o planejamento e sua execução, viabilizando a correção de eventuais desvios e a retroalimentação permanente de todo o processo de planejamento.

No âmbito da Funpresp-Jud verifica-se que existe um monitoramento contínuo do cumprimento do Planejamento Estratégico e do Plano de Ação Tático, de suas respectivas metas e ações, bem como da apuração trimestral dos indicadores de gestão e desempenho.

O Planejamento Estratégico e o Plano de Ação Tático propõem metas e indicadores vinculados a cada objetivo e respectivas ações, na seguinte lógica: **Planejamento Estratégico → Objetivo Estratégico → Meta → Indicador → Ação.**

Com vistas a agilizar e padronizar o monitoramento e a avaliação, foram destacados responsáveis por cada ação, embora a execução tenha sido compartilhada com uma equipe.

Os resultados dos indicadores e do Planejamento Estratégico dos 3º e 4º trimestres de 2015 foram encaminhados ao Conselho Fiscal, respectivamente por meio dos Ofícios PRESI-DE nº 921, de 08 de dezembro de 2015, e nº 105, de 08 de março de 2016.

9. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

Considerando que parte dos procedimentos operacionais da Funpresp-Jud ainda está em construção e normatização, destaca-se que as atividades de controles internos do exercício de 2015 se desenvolveram em termos mais conceituais e tático/estratégicos, ponderada com a dinâmica atual das unidades no sentido de prevenção, estando mais associadas à diminuição da incerteza em relação a eventos futuros, além de buscar avaliar a adequação dos procedimentos às normas internas e externas.

No segundo semestre de 2015, foram analisadas as atividades referentes aos lançamentos contábeis, aos controles e registros cadastrais dos participantes e aos procedimentos de armazenamento e segurança de dados. Os resultados das análises foram registrados em relatórios individuais, encaminhados aos Conselhos Fiscal e Deliberativo para conhecimento e acompanhamento, respectivamente por meio dos Ofícios PRESI-DE nº 821, de 23 de setembro de 2015, e nº 921, de 08 de dezembro de 2015.

No contexto operacional atual da Fundação, observa-se que, além das atividades de rotina, está em curso uma série de questões estruturantes como mapeamento/manualização de processos, projetos e contratações em andamento, bem assim diversas demandas de prestação de informações.

Tais atividades resultam em esforço de trabalho para todas as unidades. Com efeito, é importante examinar o custo/benefício de atividades de controle para evitar que o custo seja maior do que o benefício alcançado, ou mesmo considerar o impacto nas rotinas das áreas.

No decorrer do primeiro semestre de 2016, serão realizados *follow-ups* com as áreas para acompanhamento das recomendações constantes dos relatórios resultantes do PCI – 2014/2015, a fim de acompanhar o desenvolvimento e aperfeiçoamento dos controles internos de cada área.

9.1 Certificação dos Administradores e demais Participantes do Processo Decisório dos Investimentos

Sobre o processo de certificação a Resolução CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, define em seu art. 8º que *“A aplicação dos recursos dos planos da EFPC requer que seus administradores e demais participantes do processo decisório dos investimentos sejam certificados por entidade de reconhecida capacidade técnica.”*

A Resolução CNPC nº 19, de 30 de março de 2015, define regras quanto ao processo de certificação, habilitação e qualificação no âmbito das entidades fechadas de previdência complementar, conforme transcrito a seguir:

“Art. 5º Será exigida certificação para o exercício dos seguintes cargos e funções:

- I- membro da diretoria-executiva;*
- II- membro do conselho deliberativo e do conselho fiscal;*
- III- membro dos comitês de assessoramento que atuem na avaliação e aprovação de investimentos; e*
- IV- demais empregados da EFPC diretamente responsáveis pela aplicação dos recursos garantidores dos planos.*

§ 1º As pessoas relacionadas nos incisos I, II e III terão prazo de um ano, a contar da data da posse, para obterem a certificação, exceto o AETQ e as pessoas relacionadas no inciso IV, que deverão estar certificados previamente ao exercício dos respectivos cargos.



Com relação aos membros da Diretoria Executiva, em 31 de dezembro de 2015, estavam certificados a Diretora-Presidente, o Diretor de Investimentos e o Diretor de Administração. Em 16 de março de 2016, o Diretor de Seguridade foi certificado pelo Instituto de Certificação dos Profissionais de Seguridade Social – ICSS. Assim, toda Diretoria Executiva encontra-se devidamente certificada.

Os membros do Conselho Fiscal Gustavo Caribé de Carvalho, Ivan de Jesus Teixeira do Nascimento e Lauro Pinto Cardoso Neto foram certificados pelo ICSS, respectivamente, em 28 de setembro de 2015, 22 de outubro de 2015 e 27 de março de 2016.

Ressaltamos que o membro titular do Conselho Deliberativo Rui Moreira de Oliveira foi devidamente certificado em 18 de março de 2016.

O Comitê de Investimentos e Riscos – COINV encontra-se com todos os seus membros certificados, a exceção do membro suplente Jorge Luis da Silva Lustosa, que providenciará certificação dentro do prazo legal.

Destacamos que os membros do Conselho Fiscal Celso de Oliveira e Sousa Neto, Leonardo Peixoto de Melo, Camilo Rey Laureto, Thiago Bergmann de Queiroz e os membros do Conselho Deliberativo Amarildo Vieira de Oliveira, Cícero Rodrigues de Oliveira Gomes, Raimundo Francisco de Aguiar Sousa e Cláudio Machado Pinto encontram-se em processo de certificação.

9.2 Análise das Certidões Negativas da Funpresp-Jud

Desde novembro de 2015, esta ASCOI vem realizando a análise das Certidões Negativas da Funpresp-Jud (Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; Certificado de Regularidade do FGTS – CRF; e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas) para verificação da validade e regularidade de cada certidão.

Após as análises realizadas, verificou-se que as certidões emitidas até o dia 03 de março de 2016 estão válidas e atestam a regularidade da Funpresp-Jud junto à Receita Federal do Brasil, Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Justiça Trabalhista e Caixa Econômica Federal (quanto ao FGTS).

As análises são registradas em manifestação específica e encaminhadas aos órgãos de governança para conhecimento e acompanhamento.

9.3 Ferramenta de gerenciamento de riscos

Conforme previsto no Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI da Funpresp-Jud, alinhado ao objetivo de buscar ou desenvolver soluções para gerar informações relevantes para auxiliar no processo de tomada de decisões, até junho de 2016, ocorrerá a aquisição de ferramenta tecnológica de gerenciamento de riscos.



O objetivo dessa contratação é instrumentalizar e racionalizar os processos de trabalho de controle e avaliação, constituindo uma parte efetiva de implantação da gestão de riscos na Fundação.

9.4 Acompanhamento das Obrigações Legais

Para monitorar o cumprimento dos prazos legais, a Funpresp-Jud utiliza o *software* “**Calendário de Obrigações**”, disponibilizado pela Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar - ABRAPP.

Anualmente são associadas aos respectivos responsáveis as obrigações legais com periodicidade anual, semestral, mensal e quinzenal, e quando aplicável.

O monitoramento do cumprimento das obrigações é realizado por esta ASCOI, a fim de mitigar o risco do descumprimento das obrigações por parte áreas técnicas da Funpresp-Jud.

9.5 Acompanhamento das recomendações do Conselho Fiscal

Destaca-se o acompanhamento das atas do Conselho Fiscal realizado pela Diretoria Executiva da Fundação durante o exercício de 2015, para monitoramento e cumprimento das recomendações efetuadas. A última versão desse acompanhamento foi devidamente encaminhada para conhecimento dos membros do Conselho, por meio do Ofício nº 39/PRESI-DE, de 27 de janeiro de 2016.

Em 17 de dezembro de 2015 o Conselho Fiscal emitiu seu Relatório de Controles Internos, referente ao 1º semestre de 2015, no qual restaram recomendações à Diretoria Executiva da Fundação.

Por meio do Ofício nº 87/PRESI-DE, de 25 de fevereiro de 2015, a Diretoria Executiva disponibilizou ao Conselho Fiscal os esclarecimentos e providências adotadas para cada uma das recomendações elencadas no referido relatório.

9.6 Acompanhamento das recomendações da Auditoria dos Patrocinadores

Em 08 de janeiro de 2015, foi publicada no Diário Oficial da União a Portaria Conjunta STF/TST/MPU nº 1, de 18 de dezembro de 2015, que constituiu a Comissão de Auditoria dos Patrocinadores, para realização dos trabalhos de auditoria referente ao exercício de 2015.

Os trabalhos da Comissão tiveram início em 04 de fevereiro de 2016 e continuam em curso. Por solicitação da Diretoria Executiva esta Assessoria está centralizando o atendimento às recomendações da Comissão para garantir o correto e pronto atendimento das solicitações.

Com relação às recomendações realizadas pela Comissão de Auditoria dos Patrocinadores em 2014-2015, anexamos o acompanhamento devidamente atualizado das providências adotadas ou esclarecimentos para cada uma das recomendações realizadas à época.

9.7 Acompanhamento dos apontamentos da PREVIC

No exercício de 2015 não houve recomendações e/ou apontamentos pela Superintendência de Previdência Complementar – PREVIC.

10. CONCLUSÕES

O presente Relatório apresentou as justificativas, consubstanciadas nos Relatórios Gerenciais das áreas, quanto à aderência da gestão dos recursos garantidores às normas e à política de investimentos, à aderência das premissas e hipóteses atuariais e o acompanhamento da execução orçamentária, em face dos normativos vigentes. Analisou igualmente as ações relacionadas à estruturação dos controles internos e à gestão de riscos da Entidade.

No aspecto da avaliação de riscos, destaca-se o trabalho de mapeamento de processos já iniciado, estando alinhado com a estratégia, com os objetivos e com as ações da Fundação. Esta Assessoria está participando do mapeamento de processos, com o objetivo de conhecer as atividades das áreas técnicas e sugerir as melhorias do ponto de vista de controle.

Destaque igualmente para os resultados da implantação do novo sistema corporativo de gestão previdenciária - TrustPrev, que contribuiu de forma considerável para a automatização de procedimentos e consequente eficiência e melhoria contínua dos processos.

Nesse contexto de consolidação da Fundação é fundamental implantar e padronizar os seus procedimentos internos, concentrando esforços na execução das ações e projetos previstos no Planejamento Estratégico e no Plano de Ação Tático.

Por fim, conclui-se que as premissas atuariais adotadas estão adequadas, refletindo o comportamento do Plano de Benefícios, bem como há adequação na gestão dos investimentos e na execução orçamentária, estando enquadradas na legislação vigente, consideradas as condições apresentadas referentes à fase de estruturação da Funpresp-Jud.

Brasília, 04 de abril de 2016.



Fabíola Silva Carvalho
Assessora de Controle Interno

1. Ciente.
2. Encaminhe-se o presente Relatório para conhecimento e apreciação da Diretoria-Executiva, e posterior envio aos Conselhos Fiscal e Deliberativo.



MARCIO LIMA MEDEIROS
Diretor-Presidente Substituto

4.10 Processo de Orçamento, Contabilidade, Instrumentos de Gestão, Governança e Controle Interno	"Elaborar manual de governança, no qual estejam definidas as relações entre órgãos executivos (entre si) e com participantes, acadêmicos, patrocinadores e outros parceiros, com base no artigo 17º da Constituição CF/88 art. 17 da Resolução CGF nº 11, de 2004".	Alinhado ao Objetivo Estratégico 05 - Implementar processos de trabalho ágeis, eficientes, efetivos e normalizados – foi planejado no orçamento de 2015 o desenvolvimento do projeto "Aperfeiçoamento da Governança via Contabilidade" que visa modular processo de trabalho e estabelecer ferramentas de gestão de controle da governança via Contabilidade, contemplando todos os requisitos de conformidade como objetivo de se tornar referência para LTRC com até R\$ 100 milhões. A Funpresp-Jud precisará desenvolver o projeto e apresentá-lo em 2015. A Fundação participará de projeto sobre o tema "Governança e prestação de serviços públicos" no âmbito do Banco Mundial em parceria com a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), que contará com a participação de especialistas do Banco Mundial em governança desses fundos de pensão. O envolvimento no projeto auxiliará no desenvolvimento de manual de governança adaptado à realidade da Funpresp-Jud e inspirado nas melhores práticas observadas nos fundos de pensão similares em outros países.	Está em fase de elaboração, conforme determinação do Conselho Fiscal, o Manual de Governança da Funpresp-Jud, com previsão de conclusão no 2º semestre/2015.	O Manual de Governança Corporativa, foi aprovado pelo Conselho Deliberativo na 18ª Sessão Ordinária realizada em 04/11/2015.	Concluído
4.11 Processo de Orçamento, Contabilidade, Instrumentos de Gestão, Governança e Controle Interno	"Realizar estudos, inclusive do ponto de vista jurídico, para a tomada de decisão quanto a possíveis provisionamentos de recursos para fazer face a eventual correção dos valores oriundos das contribuições antecipadas dos patrocinadores, conforme informado no Of. Nº 66/Presp-Of. de-5/2/2014".	A Funpresp-Jud está realizando estudos subsidiados por debates com profissionais com expertise no tema. O assunto foi tratado na 18ª reunião ordinária do Conselho Deliberativo realizada em 17 de dezembro de 2014, restando compreendido a necessidade de realizar uma consulta já enviada ao Supremo Tribunal Federal (STF) e Ministério Público da União (MPU) em aguardamos um retorno. Além disso, foi publicado o Edital de Credenciamento 01/2015 com objetivo de contratar empresas especializadas de auditoria interna, externa e com expertise em consultoria contábil para entidades fechadas de previdência complementar (EFC).	Concluído. Os recursos aportados pela União, a título de adiantamento de contribuições futuras para o funcionamento inicial da entidade, a partir de dezembro de 2014, estão contabilizados como empréstimo remunerado e atualizados mensalmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), com base nos Protocolos de Compromisso firmados com o STF, em 18 de julho de 2015 – Ofício 141/CDOR, e com o MPU, assinado em maio de 2015. Vem sendo devidamente monitorada a evolução do montante de recursos aportados pela União, bem como a evolução da despesa com o pagamento de juros e encargos financeiros decorrentes da antecipação das contribuições. A Funpresp-Jud mantém o ponto de equilíbrio operacional, ou seja, o montante de receitas administrativas supera o de despesas administrativas.	-	Concluído
4.13 Processo de Orçamento, Contabilidade, Instrumentos de Gestão, Governança e Controle Interno	"Providenciar para que haja o detalhamento técnico do reconhecimento do intangível".				
4.12 Processo de Orçamento, Contabilidade, Instrumentos de Gestão, Governança e Controle Interno	"Providenciar para que seja adquirido e posto em funcionamento o novo sistema, de modo que sejam produzidos relatórios contábeis tempestivos e consistentes".	A Funpresp-Jud realizou pregão eletrônico para contratação de empresa para fornecimento de licença de uso de software integrado de gestão de previdência, no dia 9 de dezembro. O software contemplará os serviços de gestão prodessocial, administrativa, financeira, orçamentária, controladoria e investimentos, incluindo, também, configuração do ambiente e treinamento presencial para uso da ferramenta, além de suporte técnico e acompanhamento durante o período contratual. A implantação tem prazo até o fim de julho. Entretanto avaliamos a possibilidade de adiantar o cronograma e iniciar uma operação assistida da ferramenta ainda no mês de abril de 2015.	- No primeiro trimestre foi iniciada a implantação do novo sistema previdenciário, licitado pela Fundação. - Foi concluída a migração do movimento contábil do ano de 2014 para o sistema TrustFree, possibilitando o encerramento do balanço de 2014 no novo sistema. - Está em fase de implementação o novo sistema para o novo sistema, já sendo possível analisar de forma sistêmica a consistência das informações. - A implementação do módulo orçamentário e de contação do sistema TrustFree está em fase de testes. - Está em fase de parametrização o módulo previdenciário, para recepção das informações de articulação.	-	Em acompanhamento
4.14 Processo de Orçamento, Contabilidade, Instrumentos de Gestão, Governança e Controle Interno	"Providenciar para que a elaboração do orçamento para 2015 seja aprovada ainda no exercício de 2014, em respeito às regras e princípios orçamentários".	O macroprocesso de orçamento foi modelado e aperfeiçoado com a criação de planos internos, caderno de proposta orçamentária com memória de cálculos. O Conselho Deliberativo aprovou em sua 18ª reunião extraordinária ocorrida em 09/12/2014. O caderno da Proposta Orçamentária foi também apresentado e enviado ao conselho fiscal em 2014 e com revisão na 1ª reunião de 2015. Além disso, está em desenvolvimento um estudo para redução de despesas em alinhamento a meta de reduzir em 10% a despesa per capita (base anual) definida no Planejamento Estratégico Institucional.	Concluído. O orçamento de 2015 foi aprovado pelo Conselho Deliberativo para os meses de janeiro a março, na 18ª sessão extraordinária ocorrida em 09 de dezembro de 2014, na qual foi solicitado estudo de redução de despesa. Em 15 de abril de 2015, o Conselho Deliberativo aprovou a reprogramação do orçamento, conforme estudo para redução de despesa do exercício de 2015.	-	Concluído
4.15 Processo de Orçamento, Contabilidade, Instrumentos de Gestão, Governança e Controle Interno	"Providenciar para que conste em poder da Funpresp-Jud das declarações de renda dos dirigentes nos momentos da posse e desligamento".	O informe que constam as declarações de renda dos atuais dirigentes e dos ex-dirigentes nos arquivos da Coordenadoria de Gestão de Pessoas, devendo ser atualizados no exercício de 2015 até junho.	Todas as declarações de renda dos atuais dirigentes constam no arquivo sob a guarda da Coordenadoria de Gestão de Pessoas.	-	Em acompanhamento